

O excesso no matar e a dor em excesso: dilemas etnográficos a partir de uma narrativa de violência, morte e luto¹

Excessive killing and excessive pain: ethnographic dilemmas based on a narrative of violence, death and mourning

Carolina Parreiras

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre os dilemas etnográficos envolvidos em narrativas de dor, morte e violência. A partir de um caso de linchamento público de Gabriel, um jovem negro morador de favela, acompanhado durante a pesquisa de campo, proponho refletir sobre alguns dilemas levantados por pesquisas que trabalham com violência. Assim, a proposta deste artigo é de âmbito ético e metodológico, já que toma como base os desafios encontrados na feitura e escrita da etnografia, em momentos nos quais somos confrontadas com a violência, com o excesso, com o terror e a morte. O ponto de partida da argumentação é a narrativa de Auxiliadora, mãe de Gabriel, que conta sobre as sucessivas mortes – físicas e simbólicas – pelas quais ele passa. Na medida em que se trata de contextos marcados pela sobreposição de violências, como capturar e expressar experiências invisíveis, escondidas e que acessam dores e memórias, tornando-as inteligíveis no texto etnográfico? Como dar sentido antropológico aos silêncios e a outras linguagens utilizadas pelos sujeitos desta pesquisa, a fim de entender o caráter cotidiano e ordinário destas violências? Como expressar – para além do vocabulário do trauma – vivências de sofrimento, horrores, nas quais toda palavra parece insuficiente? Quais os mecanismos que constroem o corpo negro periférico como o inimigo a ser

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processos nº 2015/26671-4 e nº 2021/06857-7. Agradeço imensamente às pessoas pareceristas anônimas que trouxeram recomendações preciosas ao texto. Agradeço à Juliana Farias pelo generoso convite de apresentar a primeira versão deste texto no workshop “Violência, cuidado e gênero: experiências femininas em territórios militarizados”, em 2018. Agradeço também à Cilmará Veiga, Michele Escoura, Juliana Valente e Regina Facchini pela acolhida. E à Viviane Mattar, pelo estímulo de publicar este artigo e pela parceria e amizade, mesmo em meio às perdas. Por fim, agradeço à Auxiliadora pela confiança e pela partilha.

Recebido em 25 de agosto de 2024.

Avaliador A: 16 de outubro de 2024.

Avaliador B: 25 de outubro de 2024.

Aceito em 22 de janeiro de 2025.



eliminado? Neste sentido, tomando como ponto de partida minha própria inserção em campo, busco discutir questões como vulnerabilidade, invisibilidade, metodologia de pesquisa e a própria construção do texto etnográfico, especialmente em momentos que parecem inenarráveis e nos quais meus próprios sentimentos se infiltram na etnografia.

Palavras-chave: Violência, Etnografia, Linchamento, Subjetividade.

ABSTRACT

The goal of this article is to reflect on the ethnographic dilemmas involved in narratives of pain, death, and violence. Based on a case of the public lynching of Gabriel, a young black man from a favela, who was followed during field research, I propose reflecting on some dilemmas raised by research dealing with violence. Thus, the aim of this article is both ethical and methodological, as it draws on the challenges encountered in the creation and writing of ethnography, during moments when we are confronted with violence, excess, terror, and death. The starting point for the argument is the narrative of Auxiliadora, Gabriel's mother, who talks about the successive deaths—both physical and symbolic—that he goes through. As it concerns contexts marked by the overlap of various forms of violence, how can we capture and express invisible, hidden experiences that access pain and memories, making them intelligible in the ethnographic text? How can we give anthropological meaning to silences and other languages used by the subjects of this research, in order to understand the everyday and ordinary nature of this violence? How can we express—beyond the vocabulary of trauma—the experiences of suffering and horrors, in which every word seems insufficient? What mechanisms construct the peripheral Black body as the enemy to be eliminated? In this sense, using my own fieldwork insertion as a starting point, I seek to discuss issues such as vulnerability, invisibility, research methodology, and the very construction of the ethnographic text, especially in moments that seem inexpressible, where my own feelings infiltrate the ethnography.

Keywords: Violence, Ethnography, Lynching, Subjectivity.

INTRODUÇÃO

Em 2016, iniciei uma pesquisa de campo que tinha como tema central violências sexuais contra adolescentes em favelas do Rio de Janeiro, realizada em um conjunto de favelas que denomino, por razões éticas e de segurança, Complexo. Desde então, trabalho recorrentemente

com questões como sofrimento, dor, trauma e os muitos entrelaçamentos entre violência e os marcadores sociais da diferença. Estes temas continuam a fazer parte de minha atual pesquisa, cujo foco é violências digitais nestes contextos de favela, buscando compreender os muitos cruzamentos entre vida cotidiana e tecnologia em locais costumeiramente vistos como desconectados (o que, na prática, não se sustenta).

No entanto, neste artigo, meu foco está outras questões, que poderiam ser resumidas no interesse em refletir sobre desafios envolvidos na realização de pesquisa de campo etnográfica e na posterior construção do texto etnográfico. Especialmente, estou interessada em momentos, a meu ver ainda pouco discutidos e para os quais nenhuma aula de metodologia nos prepara, da pesquisa que tencionam nossas relações com o campo, com nossos/as colaboradores/as de pesquisa e que são atravessados por uma série de sentimentos e incertezas que têm desdobramentos bastante palpáveis na continuidade da pesquisa, nas formas e possibilidades de escrita e em nossas vidas em sentido mais amplo. Em última instância, quero discutir aqui momentos de adversidade, imprevistos e que, neste caso específico, envolvem morte, perdas, dores e mundos aniquilados e desfeitos. E que, por esses caminhos tortuosos que talvez não tenham explicação imediata, envolvem também os processos cotidianos e ordinários de reconstruções destes mundos. Dos mundos de nossos/as interlocutores/as e dos nossos mundos (sem pretensão alguma de igualá-los), na medida em que, pelo menos desde a década de 1980, me parece não fazer sentido pensar em contextos de campo isentos da marca da subjetividade e da posicionalidade da pesquisadora.

Assim, o foco deste artigo, ainda que pareça fugir de minhas questões centrais de pesquisa, acaba recaindo em algo constante nestes vários anos de pesquisa de campo: as muitas formas pelas quais as violências se manifestam, são nomeadas e ganham significado a partir dos repertórios dos sujeitos que as vivenciam. Neste caso específico, proponho compreender em que medida marcadores como raça, classe social, geração e gênero se intersectam e permitem compreender a ocorrência de violências que, por mais que sejam extraordinárias no momento de sua ocorrência, carregam consigo o peso do ordinário e da quase banalidade, visto que são recorrentes nos contextos de favelas e periferias.

Em um artigo anterior (Parreiras, 2025), me propus a decifrar duas formas particulares de vivências da adolescência em contextos periféricos: a novinha e o menor. O menor, figura tantas vezes analisada nos estudos sobre infância/adolescência e violência, retorna aqui como figura central para refletir sobre violência, morte, cuidado e sofrimento. Sobretudo, a partir dos fatos narrados neste texto, busco apresentar como estes jovens meninos, das periferias e favelas, geralmente negros ou pardos, estão sujeitos a violências cotidianas e à aniquilação – invisível, não dita, não narrada – de suas existências.

Este texto, assim, traz a história da morte de Gabriel², um desses “menores”, ocorrida

2 Todos os nomes utilizados ao longo do texto foram modificados, como forma de proteger a privacidade de meus

após um linchamento público, realizado dentro de composições de um trem da Supervia, no Rio de Janeiro. O fio condutor da argumentação desenvolvida é o que eu chamaria de caso etnográfico exemplar, ainda que a história de Gabriel seja recorrente e diária nas favelas e periferias brasileiras. Porém, ainda que a história narrada seja a de Gabriel, a personagem central é uma mulher – sua mãe –, cuja trajetória cotidiana venho acompanhando há quase 10 anos. É por meio dela que os fatos apresentados chegaram até mim e é a sua narrativa e a sua voz que busco reconstruir neste texto. É a dor, o pranto, o luto, a aflição e a melancolia dessa mulher que funcionam como disparadores para discutir as muitas violências que culminam na morte de Gabriel. Do mesmo modo, aparecem seus muitos esforços de buscar certa normalidade na vida cotidiana, na medida em que ainda que o atravessamento da violência seja devastador, fica clara sua constatação de que é preciso seguir vivendo. Esses fatos permitem também traçar algumas linhas de análise em relação às temáticas da vulnerabilidade e precariedade, que, em conjunto, constituem uma categorização das vidas e corpos como matáveis ou não matáveis (e, conseqüentemente, estabelecem uma separação entre vidas passíveis ou não de luto) e que atestam o caráter cotidiano de outras violências, como o racismo (Kilomba, 2021).

Trabalho, neste texto, com a ideia de que a morte de Gabriel é o ápice de sucessivas outras mortes e violências físicas e simbólicas, perpetradas por muitos agentes e por muitas mãos. Sua história poderia ser apenas mais uma história trágica e diária das favelas e periferias, atestando o genocídio da população negra e pobre ou, como postula Mbembe (2013, p. 71), uma das faces da necropolítica, “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte”. Ou como bem coloca Juliana Farias (2020, p. 32), trata-se de um exemplo de “governo de mortes”, definido por ela como uma forma de gestão que “articula o controle de corpos ao controle de populações e territórios”. Como pretendo demonstrar, é na intersecção entre raça, classe social, lugar de moradia e geração que podemos compreender a sucessão de eventos que culminam na morte de Gabriel.

Seu sofrimento e seu óbito, ainda que tenham ocorrido em um local público, não ganharam as páginas dos jornais e não foram investigados pela polícia. As violências que sofreu, de caráter ordinário, não viraram sequer estatística. Seu nome, estampado nos documentos que portava, foi quase apagado e só não o foi pelo trabalho do cuidado de sua mãe e por sua luta para manter sua memória e os poucos substratos materiais que atestam sua existência enquanto vida. Ao ser despojado de sua vida, de seu corpo, de seus bens, de seu nome e da possibilidade de habitar o mundo, Gabriel passa a ser lembrado e relembrado por meio do luto e do pranto

colaboradores. Ao contrário de textos anteriores, onde optei por omitir completamente qualquer nome – mesmo fictício – de adolescentes, neste, nomeio todas as personagens. Isso porque baseio a narrativa nos relatos de uma de minhas principais interlocutoras e, ao pedir autorização para contar fatos tão íntimos e carregados de dor, ela deixou clara sua vontade de ver a “história de seu filho” contada para outras pessoas. Frente à descrença no sistema de justiça, creio que ela acredita que essas palavras escritas atuem como forma de preservar a memória e a vida de seu filho.

de sua mãe.

Ainda que a morte de Gabriel tenha ocorrido alguns anos atrás, parte considerável deste texto foi escrita no ápice dos acontecimentos. Os anos que separam a escrita original e a publicação estão no cerne de alguns dos desafios que busco enfrentar no artigo: a dificuldade constante de escrever sobre a violência e de narrar fatos que atestam sua absurdez e o terror que provocam. Um terror que, como apontam Vianna; Navia; Efrem Filho (2024), guarda uma relação de “mútua afetação” (heurística, etnográfica e política) com a violência. Apostar no trabalho do tempo como forma de lidar com o luto foi também um modo de transformar as experiências em palavras e em um texto que possa não apenas partilhar dilemas e dúvidas, mas também trazer reflexões que não banalizem ou barateiem a violência. E isto é curioso porque, em uma apresentação pública deste caso de linchamento, a partir do aparente incômodo com meu estilo narrativo, cheguei a ser acusada de “espetacularizar a violência”. Assim, a escrita deste artigo funciona também como resposta a esta acusação, que considero injusta, não com a apresentação de uma fórmula de escrita sobre a violência, mas com a proposta, inspirada em Taussig (2020) de buscar uma escrita eficaz contra a violência. Ou “pensar-através-do-terror”, como o mesmo Taussig (1993, p. 27) havia proposto, tomando o terror como algo incomensurável, um “estado fisiológico e social” que serve como mediador para compreendermos lógicas de violência, crueldade, sofrimento e do “espaço da morte”, onde encontramos “a ruptura e a vingança da significação. É sempre contra a violência que escrevemos e esse tem sido meu grande desafio dos últimos anos.

Tudo isto fica evidente, neste texto, no modo como a narrativa é estruturada, na escolha de palavras e nos muitos momentos em que os meus sentimentos ficam escancarados. Não acredito em uma etnografia neutra e, por isso, busquei dar vazão também aos modos como fui afetada por esta história. Sem banalizar também as ideias irmãs, mas não sinônimas, de afetação e afetos. Afinal, foi o inconformismo e a necessidade de lidar de algum modo com estes sentimentos o que me levou à escrita deste texto.

Partilho com Das (1985) a crença de que temos uma responsabilidade com nossos/as interlocutores/as de mostrar o sofrimento e torná-lo público. Para isso, é fundamental buscar ser fiel à sua linguagem e refletir sobre a relação entre o evento e os modos como ele é representado por eles. Na cena etnográfica descrita, não houve qualquer possibilidade de escutar a narrativa de Gabriel. Entre os despojamentos que o atingem, há também o da voz. Sua voz, então, só ganha corpo a partir de outros sujeitos, que, com o trabalho do tempo, empreendem esforços para preservar sua memória.

Nesse sentido, é feito um esforço de reconstruir o que possivelmente aconteceu por meio de relatos, por vezes desconexos e contraditórios, que chegaram até sua mãe e irmã de diferentes modos. O linchamento funciona como evento inicial, sobre o qual pouco se conhece de fato. Sabemos quase nada sobre o modo como Gabriel é agredido, mas há uma série de representações e descrições sobre o evento, provenientes dessa reconstrução proporcionada

pelo desespero de sua mãe e por uma ilusória busca posterior de justiça (afinal, essa justiça necessita de fatos, de marcas, de provas e de um enquadramento específico em que há vítima e culpados).

Além disso, ao transformar estas experiências em texto, eu também faço e refaço, construo e reconstruo o evento a partir de uma posicionalidade específica enquanto mulher branca, de classe média e que se situa em contextos de favela como pesquisadora. Estas marcas também são encontradas na narrativa. Dou ao evento do linchamento uma tessitura, ao criar uma representação própria e um modo específico de dar vazão às vozes que me contavam detalhes, que choravam, que me mostravam áudios deixados por ele (e ouvir aquela voz tão conhecida, mas que não mais habitava um corpo foi massacrante e dolorido), que denotavam todo o desespero da perda. A perda de Gabriel também foi minha, já que ele havia sido um interlocutor da pesquisa e se transformado em uma das pessoas mais próximas que tive em campo. Dessa forma, tudo o que narro neste texto me provocou muitas dores, sofrimento e choro. Neste sentido, minhas emoções também se encontram imiscuídas no artigo e aposto nelas como um dos modos de dar sentido a todos os relatos. Elas também se tornam uma forma de conhecer, “via de acesso ao que é fazer etnografia e como forma de compreensão da alteridade” (Coelho, 2019).

Além disso, testemunhei³ parte dos eventos, o que se reflete em um tipo diferente de narrativa. Estar lá (Geertz, 1988) não funciona como forma de garantir “autoridade etnográfica” (Clifford, 2003), mas sim como um modo de dar tratamento aos dados e de torná-los dizíveis por meio do texto, apostando de fato na poética e na política da etnografia. Significa, em última instância, lidar de forma mais direta com os sentimentos e as dores que isso suscitou em mim e com meus próprios limites diante da morte, da perda, do horror e do terror, da brutalidade e da crueldade da violência. Significou perder alguém importante, de quem sinto falta.

Neste preâmbulo introdutório, creio ser necessário dizer que minha relação com a família de Gabriel data de alguns anos. Auxiliadora, sua mãe, é hoje uma das pessoas que me garantem permanência e segurança em campo. Graças a ela, consegui estabelecer uma rede de contatos que torna viável a realização da pesquisa. Temos uma relação muito próxima, de confiança e de amizade. Busquei estar ao lado de Auxiliadora na maior parte dos momentos, não pelo interesse profissional, mas como sinal de afeto e do reconhecimento dos laços que nos unem. Do mesmo modo, tenho grande proximidade com Lara, irmã de Gabriel, que aparece várias vezes nestas páginas. Na montagem deste pequeno e doloroso quebra-cabeças – etnográfico, descritivo e sentimental –, em que as muitas versões e narrações se mesclam e se imiscuem, sua voz foi

3 Das (2011) é novamente uma inspiração neste sentido, na medida em que reflete sobre o significado do “ato de testemunhar”. Apesar de reconhecer a crítica antropológica à noção de testemunho e de tomá-la como ponto de partida analítico, Das propõe retirá-la do sentido marcadamente religioso. Para a autora, testemunho não é “atestar a fé diante do corpo mutilado”, mas sim, “a criatividade da vida”. Assim, esse modelo, baseado no testemunho, pode ser utilizado para compreender as diferentes formas de violência e para recontar as lembranças delas.

fundamental.

Por fim, considero este artigo um meio de organizar ideias e de dar mais corpo a algumas discussões que venho realizando sobre dores, dilemas e violência em campo (Parreiras, 2018, 2021). Neste caso, uma violência da qual não sou o alvo, mas que dispara dilemas semelhantes, sendo o maior deles referente às formas de narrar, escrever e descrever etnograficamente. Optei por utilizar, como fio condutor de seu formato, os próprios fatos etnográficos, ou seja, as sucessivas mortes de Gabriel e as experiências que isso desencadeia. Ainda que possa ser caracterizada por palavras como horror ou absurdez, as violências que desencadeiam a morte de Gabriel fazem parte de uma lógica mais ampla de violências estruturais e estatais que se baseiam no racismo, na criminalização da pobreza, nos genocídios sucessivos de determinadas populações. Gabriel simboliza o inimigo (ou a ideia de um inimigo), o outro a ser aniquilado por representar uma ameaça social para determinados grupos sociais (ainda que não saibamos exatamente quem são seus algozes, podemos depreendê-los a partir das circunstâncias em que a violência ocorreu), o “objeto perturbador”⁴ (Mbembe, 2020).

Desse modo, o intento aqui é de entender o que se dá no nível ordinário, com dores que marcam vidas que precisam se reconstruir e mundos que precisam ser refeitos e habitados após a morte de um ente querido. Sobretudo, como as experiências da perda e da violência atuam como parte do processo inacabado de constituição de sujeitos. O que, então, significa “perder um mundo” (Das, 2008)? De que forma é possível refazer e reconstruir um mundo, na singularidade da vida e ao experimentar limites como os colocados pela violência e a morte? Frente, por um lado, à explosão discursiva e dos muitos detalhes descritivos e, por outro, frente ao silêncio, ao choro, à dor, como encontrar uma forma de escrita que consiga fornecer palavras, mas não espetacularizar a violência, retratar silêncios, mas sem silenciar os sujeitos?

Neste sentido, tomando como ponto de partida minha própria inserção em campo, busco discutir questões como vulnerabilidade, invisibilidade, metodologia de pesquisa e a própria construção do texto etnográfico, especialmente em momentos que parecem inenarráveis. O luto e o pranto de sua mãe (e de sua irmã e os meus) são os pontos centrais que norteiam a narrativa e são os artifícios dos quais me valho para dar um possível entendimento antropológico à morte e à violência e à nossa tarefa, que por vezes parece impossível, de dar voz e materialidade a estes acontecimentos.

A PRIMEIRA MORTE: DESAPARECIMENTO E PEREGRINAÇÃO

4 Mbembe (2020, p. 77) argumenta que o objeto perturbador “nunca existiu, não existe e nunca existirá”, mas precisa ser continuamente inventado. Ao ser inventado na forma do outro (e esse outro vai ganhando diferentes nomes, como negro, judeu, palestino, imigrante etc., ao longo do tempo), passa a habitar o círculo delimitado pelo “desejo de inimigo, desejo de apartheid e de fantasia de extermínio”.

Eram cerca de duas da manhã de uma terça-feira, quando acordei com o celular vibrando. Na tela inicial, reluzia uma mensagem de WhatsApp⁵ de Lara, uma de minhas colaboradoras de campo. Ali mesmo, sem nem precisar destravar o aparelho, li, ainda sonolenta e um pouco perdida, a mensagem que mudaria o correr dos próximos dias. Ela me dizia: “O Gabriel foi preso”, seguido de emoticons⁶ de choro. Em poucas palavras, essa mensagem já mostrava o desespero e a tristeza que marcaram os momentos subsequentes. É essa também a primeira versão da história que aparece, dizendo a respeito de uma suposta prisão de Gabriel.

Creio que antes de passar a estes fatos propriamente ditos é preciso falar um pouco sobre Gabriel e Auxiliadora, sua mãe. Segue, portanto, um grande e importante parêntese sobre quem são eles. Auxiliadora é uma mulher negra, nascida e criada no Complexo, de pouco mais de 30 anos e que vive em condições materiais bastante precárias, sendo que sua renda consiste basicamente no recebimento do Bolsa Família e de bicos que faz como faxineira, cozinheira ou ajudante de serviços gerais. É mãe de 9 filhos. Como ela mesma costuma dizer, “9 filhos e 10 vezes grávida”. As idades de seus filhos estavam entre 19 anos e 1 ano.

Com o passar do tempo, ela se tornou uma de minhas principais colaboradoras de campo, abrindo espaço para novos contatos e compartilhando suas próprias experiências em relação à violência. Sua casa se tornou um dos meus portos seguros dentro da favela e lugar obrigatório de passagem. Por se situar em um lugar de grande circulação de pessoas, nestes últimos anos, passei longas tardes ao seu lado, conversando com ela, com vizinhos, com passantes, com adolescentes, sentada em cadeiras na frente do portão.

Gabriel era o segundo filho de Auxiliadora. O primeiro menino e alguém com quem, em suas palavras, ela “tinha uma ligação muito especial. Cada filho foi especial, mas com ele tinha algo diferente. Ele era luz, foi um presente”. O pai de Gabriel sequer o registrou, mas ele foi adotado por um ex-companheiro de Auxiliadora, que assumiu as funções de provedor do menino. Eram bastante próximos e partilhavam de muitos gostos, entre eles a paixão por futebol e pelo Fluminense.

Quando conheci Gabriel, ele tinha 15 anos e acabara de ser aprovado no processo seletivo para Jovem Aprendiz de um conhecido banco. Lembro-me nitidamente do orgulho de sua mãe ao me contar as novidades e de sua preocupação em providenciar para ele uma calça, um cartão do bilhete único e um tênis para trabalhar. Em uma família numerosa e com poucos recursos, essa realmente era uma preocupação da maior importância. Ao ser aprovado para o trabalho, Gabriel passou a estudar à noite e a receber um ordenado. Uma parte deste era destinado à

5 Plataforma digital de comunicação instantânea bastante popular no Brasil. Em outro artigo (Parreiras, 2024), faço uma reflexão mais detida sobre o seu uso como ferramenta de pesquisa de campo, na medida em que (e especialmente com a pandemia de covid-19), o WhatsApp se tornou minha principal forma de contato com minhas/meus interlocutoras/es.

6 Representações gráficas digitais que expressam uma série de emoções, sentimentos, atos, objetos e situações. Também conhecidas como emojis.

compra de comida por Auxiliadora, por meio do cartão de alimentação que complementava o salário. As lembranças que tenho dele são de um menino tímido, carinhoso e que, por muito tempo, tinha muita vergonha até mesmo de me dar oi.

No final de 2017, Gabriel foi preso e levado para o Departamento de Geração de Ações Socioeducativas (Degase). A acusação: estava, junto com um grupo de outros três meninos, portando drogas e roubando celulares. Ao saber da prisão, Auxiliadora vai imediatamente para a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). Lá, fica sabendo dos detalhes da prisão e consegue falar com Gabriel. Ele nega as acusações, dizendo que só estava passando o tempo com os rapazes. Conta também que sofreu intimidações dos policiais para confessar, o que podia ser visto em marcas de enforcamento deixadas no seu pescoço. De nada adiantam suas negativas. Levado para o Degase, foi alocado em uma unidade de uma facção rival àquela que controla o Complexo. As unidades do Degase são organizadas seguindo uma lógica semelhante à das prisões, em que as facções são separadas para evitar conflitos. Ainda que não tivesse envolvimento com este grupo, é punido por estar no lugar errado: com uma tampa de quentinha, esquentada em algum fogo improvisado, marcam seu braço com as siglas da facção rival. Tempos depois, quando é libertado, essa escarificação dá lugar a uma tatuagem em homenagem à Auxiliadora.

Retomo agora o relato que tem como culminância a morte de Gabriel. Logo após visualizar a mensagem de Lara, respondi perguntando o que tinha acontecido, mas não obtive resposta. A quilômetros de distância do Rio de Janeiro, não consegui mais dormir e tentei contato novamente com Lara e com Auxiliadora, sem sucesso.

Enquanto isso, o pensamento que me ocorreu foi que aquilo parecia uma repetição de fatos de um passado não muito distante. Meses antes, Auxiliadora tinha me ligado logo cedo para contar que Gabriel havia sido agredido dentro da favela, por pessoas ligadas ao tráfico de drogas, após supostamente ter cometido pequenos roubos e insultos nas imediações da comunidade. Ela havia sido acordada, no meio da madrugada, pelos algozes de seu filho que exibiam, no celular, um vídeo do espancamento que terminava com um tiro. Em suas palavras, o vídeo finalizava sem que ela conseguisse ver onde o tiro fora dado e, por isso, ela saiu correndo sem sequer saber se o encontraria vivo.

Ela ainda descreveu, com riqueza de detalhes, todas as sevícias pelas quais o corpo do menino havia passado. Além de ser espancado, levou um tiro em cada mão e foi amarrado em uma estaca, da qual foi retirado pela própria Auxiliadora. Sozinha, ela carregou seu corpo ferido, sangrando e quase inconsciente, até a entrada da favela, onde parou um táxi para levá-lo ao hospital. Gabriel sobreviveu, com sequelas nos movimentos de uma das mãos, e foi proibido de voltar para a favela. Desde então, com 17 anos, sua vida passou a ser uma peregrinação entre diferentes casas de conhecidos ou de parentes. Este fato é um dado importante porque ele é um dos estopins para tudo que ocorreu no dia de seu espancamento.

Logo que amanheceu, liguei para Auxiliadora perguntando o que tinha acontecido. Ela

então me contou que, durante a madrugada, Lara recebeu a notícia de que Gabriel tinha sido preso, mas sem muitos detalhes. Jurandir, ex-companheiro de Auxiliadora e pai adotivo de Gabriel, havia saído para percorrer delegacias e fora até a Cidade da Polícia, mas não havia encontrado qualquer registro da prisão do garoto e muito menos informações sobre ele. Estava desaparecido. Registrou, então, um Boletim de Ocorrência de desaparecimento, para tentar obter informações e descobrir seu paradeiro.

No entanto, no decorrer da madrugada, outras versões foram chegando. Isto somado à falta de notícias vindas das delegacias, fez com que se aventasse a possibilidade de que Gabriel tivesse morrido. Ao redigir esse relato, lembro claramente da voz de Auxiliadora, muito emocionada, mas ainda segurando o choro, me dizer: “Parece que mataram meu filho, Carol”. Novamente, uma frase direta, sem delongas ou explicações, tão característica da enunciadora, mas que trazia em si toda a sua dor e o seu desespero. Perguntei de onde vinha aquela constatação e ela começa a remontar a história, tal como um *bricoleur*, a partir do modo como as notícias iam aparecendo.

Dois amigos de Gabriel chegaram à favela contando que estavam no trem, na noite do dia anterior, e que tinham sido perseguidos por passageiros. Gabriel, na fuga, tinha sido pego e espancado. Os amigos não tinham mais detalhes do que se sucedera posteriormente, pois tinham conseguido escapar. Assim, ele continuava desaparecido. Não estava preso, não havia dado entrada em nenhuma delegacia e não estava na estação de trem, que fica a pouco metros da favela.

Auxiliadora, então, me diz que iria “rodar os hospitais”, em busca do filho. Pegou dinheiro emprestado com a mãe e, de 7 da manhã às 3 da tarde, peregrinou por 6 hospitais públicos da cidade, em diferentes bairros. Não encontra nada. No caminho do sexto hospital, ela me mandou uma mensagem de voz dizendo que estava perdendo as esperanças e que, se não achasse, iria para o IML:

Não quero acreditar que meu filho morreu, mas não acho em nenhum hospital. Vou ter que ir lá no IML. Não comi nada, não dormi, não sei nem direito onde estão as crianças. O Jurandir faltou no trabalho e foi pra um lado procurar e eu pro outro. Nada do meu filho⁷ (Auxiliadora, 2018).

Horas depois, recebo outra mensagem, na qual ela dizia: “Carol, achei meu filho. Tá aqui em Olaria. Tá em coma. O médico disse que só Deus agora”.

⁷ Ainda que eu tenha todos os áudios literais de nossas conversas, todas as citações foram remontadas e recontadas neste texto. Esta é uma precaução ética, que se apoia nas possibilidades ficcionais oferecidas pela etnografia. De modo algum, renunciar à literalidade prejudica a narrativa ou a análise realizada. Outra observação importante diz respeito ao armazenamento e proteção dos dados disponíveis digitalmente: tenho por prática apagar absolutamente tudo de meu celular, armazenando o material posteriormente em diferentes dispositivos – nuvens e HDs –, protegidos por senha e por criptografia. Esta tem sido uma prática de segurança que adoto para todos os materiais digitais da pesquisa, como forma de evitar que, em caso de perda do celular, os dados sejam perdidos e/ou expostos.

A SEGUNDA MORTE: O COMA, O HOSPITAL E O LIMIAR DA VIDA (E DA MORTE)

Dividida entre o alívio de encontrá-lo vivo e a realidade do coma, Auxiliadora encontra novas pistas do que acontecera com o filho. Fora realmente agredido, por pessoas desconhecidas, dentro de um vagão do trem. É nesse momento que ela utiliza pela primeira vez o termo “linchamento”, para se referir à violência coletiva e pública que vitimara seu filho. Após efetuarem as agressões, no curto trajeto entre duas estações, jogaram o corpo de Gabriel na plataforma de uma das estações vizinhas ao Complexo. Além disso, levaram todos os documentos que estavam em seu bolso.

Funcionários da Supervia, ao verem o corpo caído, acionaram o serviço de resgate. Na falta dos documentos, Gabriel foi admitido no hospital como indigente. Foi levado para a sala vermelha, destinada aos casos de maior gravidade. Na impossibilidade de reação de seu corpo, foi entubado e ligado a um respirador, o que garantia a possibilidade de estar vivo.

Pelo menos para Auxiliadora, os seis dias que Gabriel permaneceu em coma na UTI do hospital representam de fato esta possibilidade da vida e a esperança de que ele acordasse, fosse pela ação médica ou pela vontade e bondade divinas. Ainda que ele não respondesse a qualquer estímulo, ela reconhecia, naquele corpo machucado e quase irreconhecível, seu filho.

É Auxiliadora a responsável pelo reconhecimento do menino, até então um anônimo. Como ela mesma descreveu:

Cheguei no hospital e me disseram que tinha um rapaz internado, mas sem documentação. Pedi pra ver. Quando entrei na sala, vi um moço na cama, todo inchado, com a cabeça caída, um tanto de máquina. Eles tinham botado no papel que ele devia ter uns 30 anos. Não dava pra reconhecer pelo rosto. Aí vi a tatuagem no braço com a coroa escrito mãe. Era o meu Gabriel. Meu filho. Fui lá na recepção e falei que era ele. Pediram documento. Eu não tinha. Não tinha nem a certidão dele porque quando ele foi embora da favela levou tudo. Mas botaram o nome dele no papel e a idade dele mesmo. 18 anos. Ele fez 18 faz 3 dias só. Veio um médico falar comigo, explicou umas coisas. Agora preciso arrumar um hidratante, um sabão líquido e meia pra ele. É frio na sala (Auxiliadora, 2018).

Nos dias que se seguiram, Auxiliadora ia diariamente ao hospital e, durante o horário de visita, cuidava de Gabriel. Sem dinheiro sequer para a passagem, pegou emprestado com diversas pessoas e se endividou. Saía logo cedo, mas antes cuidava de uma série de afazeres domésticos: fazia comida para o companheiro (“ele chega e só esquentar”), limpava a casa e deixava as duas crianças menores, de 1 e 2 anos na época, na casa de algum conhecido (era período de férias da creche). Gabriel estava no hospital, mas a vida de Auxiliadora não parou seu curso e seguia com algumas de suas operações ordinárias.

Todos os dias, após voltar do hospital, ela me enviava descrições detalhadas da situação

do menino. Lembro particularmente do quanto ela estava impactada pela aparência de seu corpo, deformado pelas muitas pancadas que levou. Em um dos dias, ela chegou a me enviar uma foto de Gabriel no leito. Abri sem saber o que era e apaguei imediatamente, mas a memória do que ali estava é bem nítida: os olhos fechados, o rosto inchado e aquela parafernália de máquinas, que pareciam agarrar qualquer resquício de vida e mantê-la ali, naquele corpo (ainda que meu lado racional e confiante nos saberes médicos soubesse que dificilmente ainda era possível a vida para esse menino e que, provavelmente, ele ainda era mantido nas máquinas devido ao protocolo a ser seguido nos casos de morte cerebral). Ainda que a marca digital da fotografia tenha sido apagada, ela continua viva em minha memória, voltando vez ou outra para me assombrar (Cho, 2008). Auxiliadora, por sua vez, guarda essas fotos até hoje. Soube disso quando seu celular deu problema e ela ficou desesperada com a possibilidade de ter perdido as fotos e os áudios de Gabriel, marcas que ele deixou no mundo e a tecnologia tratou de preservar, ainda que de modo efêmero e sujeito a falhas.

Logo que soube que Gabriel estava no hospital, decidi ir para o Rio de Janeiro e ajudar no que fosse possível. Fui visitar Auxiliadora em um dos dias e ela, então, contou – em meio aos muitos afazeres do lar, já que de acordo com ela, “a casa estava uma bagunça” – tudo que tinha descoberto e qual era a situação:

Carol, eles estão dando só soro pra ele. Não pode dar remédio. O médico me chamou e disse: “mãezinha, é grave. Se você acredita em alguma coisa, começa a pedir”. Eu já pedi pra Deus tanto, Carol. Pra não levar meu filho. Ontem tiveram que tirar ele de lá e levar pra sala amarela. Chegou alguém precisando de leito. O cérebro dele não responde, mas ele tá tentando reagir. Eu sei que tá. Bateram demais no meu filho. O médico falou que parece que chutaram e quebrou a cabeça. É horrível o barulho daquela máquina dele respirar. Eu falo com ele e ele nada. O médico falou que só podem mexer nele quando ele acordar pra saber o que fazer. Mas que tá todo machucado dentro. Os rim, o pulmão, a pressão tá alta. Bateram demais no meu filho. Jurandir foi visitar e falou que viu ele mexer a perna. Mas o médico não diz muita coisa. Não aguento olhar pro meu filho daquele jeito (Auxiliadora, 2018).

Nessa mesma conversa, além de dar informações detalhadas das agressões e do estado de saúde do filho, Auxiliadora conta que continuavam os esforços para descobrir o que tinha acontecido e o que motivara o linchamento. Frente à letargia da polícia, que obviamente não empreendeu nenhum esforço investigativo, a irmã mais velha de Gabriel procurou os amigos que estavam com ele no momento da agressão e Auxiliadora juntou estes fatos com o que já sabia ter acontecido mais cedo, quando recebera a última mensagem do menino pelo celular.

Com medo de represálias e de uma possível ação policial, os amigos de Gabriel estavam sumidos e quietos. Isabel (irmã mais velha de Gabriel) foi ao encontro desses meninos, em uma região vizinha à favela. Ao conversar com eles, descobriu mais algumas peças que nos permitem divisar o que ocorreu, quando somadas aos fatos já conhecidos até então. Reconstruo abaixo o que Auxiliadora relatou.

Gabriel, nessa época, estava morando com um primo e sua esposa em uma casa em um

bairro próximo à favela. Esse primo era bem amigo e o acolheu, sendo que Auxiliadora mandava comida para eles, sempre que recebia o Bolsa Família ou algum dinheiro eventual. Nessa altura, Gabriel havia sido desligado do Jovem Aprendiz e parado de estudar. No dia fatídico, Gabriel e o primo brigaram. O resultado foi a expulsão de Gabriel da casa. Ele mandou uma mensagem no Messenger⁸ para a mãe, usando um celular emprestado. Contava sobre a briga e a saída de casa e pedia a ela “alguma comida”. Ela, então, me mostrou o celular, onde se lia: “a mãe não tem, mas espera até amanhã que vou arranjar”. Foi a última vez – e ela obviamente não sabia naquele momento – que se falaram.

Por ter negado a comida, Auxiliadora se culpava. Isso ficava claro no choro que aflorou, nos cigarros fumados um atrás do outro e em frases ditas por ela: “eu podia ter feito mais por ele. Eu podia ter arranjado a comida e dado pra ele. Nada disso teria acontecido”.

Ao sair de casa naquele dia, Gabriel levou consigo todos os seus documentos: certidão de nascimento, carteira de trabalho, CPF e carteira de identidade. Encontrou os amigos e, de acordo com o que eles descrevem, resolveram assaltar uma farmácia ali por perto. Desistiram do plano por ser arriscado e foram para a estação de trem, portando uma “réplica”, que consistia em uma arma de brinquedo. Ali tentaram assaltar passageiros e foi, nesse momento, que vários partiram para cima deles. Era uma das últimas viagens daquele trem no dia, sendo que as estações fechariam em pouco tempo. Antes da porta da composição fechar, os amigos conseguiram pular para fora. Gabriel não. Foi agredido, foi espancado, foi linchado. Como dito anteriormente, o corpo agredido, entre a vida e a morte, foi jogado na estação seguinte. Dos documentos, nunca se teve notícia.

Auxiliadora conta tudo isso em desespero. Reitera repetidas vezes que Gabriel “era menino bom”, que ele não estava certo ao tentar assaltar, mas que “era menino bom”. Tirou o celular e me mostrou fotos antigas, de um Gabriel ainda criança, ao lado dos irmãos ou do Gabriel Jovem Aprendiz, ostentando orgulhoso a camisa do uniforme. Mostrou fotos da pequena comemoração dos 18 anos, que tinha acontecido poucos dias antes. Ele sorria, posando com as avós, com os irmãos, com o pai e com Auxiliadora. Novamente, me mostrou o Messenger, onde estão até hoje as últimas conversas dos dois. Apertou o play em uma mensagem de voz, dizendo “quero ouvir a voz do meu filho. Quero que ele acorde. Pode ser que ele não volte a ser o mesmo e não sei nem como cuidar de alguém assim sem uma casa direito e dinheiro, mas só queria ele de volta. Meu Gabriel, meu filho, meu menino”. Ouvimos Gabriel falar, contar de sua vida distante da mãe, fazer pedidos e planos. Auxiliadora, que tentava se mostrar forte, chorou.

Após cinco dias internado, a situação de Gabriel piorou. Já de volta a São Paulo, recebi a seguinte mensagem de Auxiliadora:

Uma colega do Jurandir, do trabalho dele, tem uma irmã que trabalha lá no hospital.

⁸ Comunicador instantâneo da plataforma de rede social Facebook.

Falou que quando for hoje pra visita é pra mim sentar com o médico, conversar com ele direito porque ele não tá passando o que tá acontecendo com o Gabriel não. Os rins dele parou. A situação dele não é muito boa não. É pra eu sentar com o médico e falar pro médico falar a verdade. Falou que um dos rins tá muito grave. Falou também que a lesão craniana dele tá muito grave. Que ele saindo do coma ele vai ter que botar uma placa de titânio na cabeça porque o crânio ficou muito danificado. Acho que o médico não me disse porque me vê sempre chorando muito. Minha família nunca vai ninguém. Só eu e o Jurandir e a gente nunca tá estabilizado. Tô tomando remédio desde cedo pra controlar minha pressão. Chegou a 19 por 13 (Auxiliadora 2018).

Ela de fato cobrou explicações do médico. E talvez tenha sido aí que os últimos fios de esperança se perderam. Em meio ao jargão médico, com o qual ela tentava lidar para processar o diagnóstico e narrar o ocorrido, Auxiliadora começou a divisar a possibilidade cada vez mais próxima da perda do filho. Ela me mandou uma mensagem de voz, chorando muito, ao sair do hospital e relatou a conversa com o médico:

Saí de lá agora. Não tô muito bem. As notícias não são muito boas. Tô muito atordoada. De ontem pra hoje ele fez só 250 ml de xixi. Os rins e o pulmão estão muito machucados. Agora os médicos não tão nem preocupados com a cabeça. Com esses problemas em outros órgãos a situação dele que já não era boa ficou pior. Tão tratando, mas me falaram que ele pode pegar uma infecção. A pressão dele 14 por 10. Tá complicado. O médico falou que a situação dele tá muito séria. Um parando vai um atrás do outro. Como queria ter o poder de tirar meu filho dessa situação. É muito triste ver ele daquele jeito (Auxiliadora, 2018).

No dia seguinte, a essa mensagem, fui acordada logo cedo com uma ligação de Auxiliadora. Na impossibilidade do uso de muitas palavras, ela me diz apenas: “Carol, meu menino morreu”. E chorou. Eu, em silêncio, apenas escutei seu choro, seu soluço e o seu desespero. Deixei para sofrer depois. Gabriel morria novamente. Seu corpo não resistiu ao espancamento e sua vida – nua, em si, como tal – se esvaiu.

A TERCEIRA MORTE: OS DOCUMENTOS QUE NÃO EXISTEM E O ENTERRO

Se eu fecho os olhos minha mente desenha você
Tapo os ouvidos mas consigo escutar sua voz
Só de pensar que nunca mais eu vou te ver
Dói, dói, dói
Que mundo é esse tão cruel que a gente vive?
A covardia superando a pureza
O inimigo usa forças que oprimem
É, vai na paz irmão fica com Deus
Eu sei que um dia eu vou te encontrar
Valeu menor, espera eu chegar!

Assim que soube da morte de Gabriel, fui para o Rio de Janeiro. Não tinha qualquer dúvida de que precisava estar com Auxiliadora e sua família, mostrando que, ao menos para mim, a vida daquele menino fora absolutamente importante.

Quando a notícia se espalha, se iniciou, no Facebook e nos status do WhatsApp, uma mobilização enorme dos moradores do Complexo que conheciam Auxiliadora ou algum membro de sua família. As outras mães, algumas que partilhavam inclusive de experiência semelhantes, eram as mais ativas nas postagens, afirmando que “quando uma mãe chora, todas choram junto”. Havia ali uma solidariedade e uma crença na maternidade como criadora de uma experiência específica de luto e de pranto.

As postagens foram de todos os tipos: fotos de Gabriel ou com ele, textos enormes descrevendo o que ele fora em vida, lamentos frente ao absurdo de sua morte, pêsames, canções evangélicas, orações e menções a Deus, desejos de força para a mãe e a família, denúncia da gravidade da situação e das violências sofridas por ele e, posteriormente, o horário e local do enterro.

Auxiliadora fez uma postagem logo após saber da morte. Nela, havia várias fotos de momentos felizes do passado. Gabriel aparecia sorrindo, cercado dos irmãos, da mãe, do pai. Ela relembrava, sobretudo, as fotos tiradas dias antes, na comemoração do aniversário do menino. Ele morreu 10 dias após completar 18 anos e aquela pequena festa foi a última vez em que ele esteve com a mãe e os familiares.

Após ser avisada da morte de Gabriel, por meio de um telefonema do hospital que pedia para que ela comparecesse ao local com urgência, Auxiliadora, em meio ao seu choro e ao seu luto, passou a cuidar da liberação do corpo. Ao chegar ao hospital, explicaram a ela que ele tinha sofrido uma parada cardíaca na madrugada e não resistira. Logo em seguida, começaram os problemas, já que não havia nenhum documento de Gabriel. Como narrado anteriormente, as agressões que ele sofreu não foram apenas físicas: em seu apagamento e sua morte também incluíram usurpar seus documentos. A violência é contra seu corpo e é contra sua existência no mundo como um todo, atingindo até mesmo aquilo que funciona como garantidor de identidade e cidadania.

Por um destes acasos trágicos, meses antes – em meu último encontro com ele, diga-se –, Gabriel havia me pedido para que fizesse seu alistamento no serviço militar obrigatório. Em poucos meses, ele faria 18 anos e, como não conseguiu realizar o cadastro pelo celular, confiou a mim a tarefa. Para facilitar, ele me entregou sua carteira de identidade e eu a fotografei. No período delimitado para tal, realizei seu alistamento. Na véspera de seu aniversário de 18 anos, recebi um e-mail de confirmação de sua convocação e me lembro da alegria de Auxiliadora ao saber disto. Em sua visão, aquele poderia ser um momento para Gabriel obter alguma estabilidade na vida e, quem sabe, seguir o serviço militar. Tal qual a euforia do primeiro emprego, ela novamente começara a planejar a compra de uma calça e um tênis para que ele se apresentasse.

Assim, foi essa foto da carteira de identidade que serviu para todo o procedimento

posterior à morte. Ao sair do hospital, o corpo seguiu para autópsia no Instituto Médico Legal (IML). Devido à crise da saúde no estado e no município que aconteciam naquele momento, o corpo ficou ainda 24 horas no hospital. Não havia transporte suficiente, já que o mesmo carro funerário percorria todos os hospitais públicos da cidade para retirada de corpos.

Nesse ínterim, Auxiliadora admitiu que não conseguiria fazer a liberação do corpo, já que “era dor demais”. Jurandir foi o responsável por todos os trâmites legais, principalmente de obter a certidão de óbito e o prosseguimento do processo até o enterro.

Surgiu, assim, um novo problema: o enterro. Não tinham dinheiro para enterrar Gabriel. Aventou-se a possibilidade de requerer a gratuidade do sepultamento. Isso poderia ser feito pela Defensoria Pública, por meio de um requerimento à empresa administradora do cemitério (aluguel do jazigo, de local para velório) e do serviço funerário (remoção do corpo do IML e caixão). Assim, após uma longa pesquisa, descobriram como lidar com a burocracia e os papeis do Estado. Para conseguir a isenção motivada pela “condição de pobreza”, era necessário comparecer ao plantão judiciário, no centro da cidade, portando uma lista extensa de documentos de identificação e que comprovassem a falta de condições materiais. Havia, no entanto, dois empecilhos: o corpo sequer chegara no IML, o que tornaria impossível a expedição do certificado de óbito; e eram necessários todos os documentos da pessoa falecida. Assim, creio que podemos dizer que Gabriel é morto novamente, dessa vez de forma simbólica, por um Estado que somente funciona por meio da exigência de papeis que não mais existem.

No entanto, as redes de solidariedade se formaram em torno do sofrimento e da dor de Auxiliadora e de sua família. O pastor de uma das igrejas da favela ofereceu uma ajuda financeira para pagar o transporte do corpo e o caixão. Por outro lado, um grupo de amigos fez uma divisão do valor do jazigo e das taxas do cemitério e, enfim, houve a possibilidade de enterrar Gabriel.

O enterro foi marcado para dois dias depois, conforme o prazo dado pelo IML para liberação do corpo. O cemitério escolhido fica localizado em um bairro próximo do Complexo, mas não era possível ir andando. A facção que controla o tráfico de drogas na favela providenciou um ônibus para levar amigos e familiares. A convocação foi feita por uma publicação de Auxiliadora no Facebook, com horário e local de onde o transporte sairia.

No dia do enterro, o ônibus estacionou em frente a uma das entradas da favela. Cerca de 50 pessoas – e eu estava entre elas – se espremeram ali dentro para o percurso de poucos quilômetros. O clima era de tristeza, marcado por silêncios, expressões de dor e sofrimento. Os moradores da favela, normalmente tão festivos e animados, se calavam para guardar luto. Os familiares vestiam blusas com fotos de Gabriel, nas quais ele aparecia sorridente e feliz. Na parte de trás da camiseta, estava estampada parte de uma música (a mesma transcrita na abertura deste item), que funcionava como uma forma de despedida. Se era impossível colocar o pranto em palavras, aquela letra de música dizia o indizível e tornava visível a dor excruciante e devastadora da perda.

Auxiliadora não falava. Seguiu o caminho todo em pé, segurando uma toalhinha branca na mão, com os olhos perdidos de quem teve seu mundo aniquilado. Ao chegarmos ao cemitério, o corpo de Gabriel ainda não estava lá. Esperamos, ainda em silêncio. Apenas pequenos murmúrios ou o choro dos velórios vizinhos eram ouvidos.

Cerca de 20 minutos após nossa chegada, o carro funerário se aproximou. O caixão que guardava o corpo de Gabriel foi depositado no minúsculo espaço onde ele seria velado. Não havia flores e nem coroa. Uma vizinha antiga de Auxiliadora organizou uma arrecadação de dinheiro para uma coroa. O caixão foi destampado. Auxiliadora e seus familiares se aglomeraram em torno dele, num choro incontido, escandaloso e inconformado. Um choro de dor, de sofrimento e de raiva frente a tanta crueldade e à banalização daquela vida que fora tão importante para todos eles. Chorei também.

Auxiliadora apenas murmurava. Seguia firme segurando a mão de Gabriel e acariciando seu rosto. Eu olhava de longe, sem coragem de me aproximar. Queria me lembrar dele sorrindo, vivo, sem aqueles machucados todos no corpo inerte e frio.

Não sei dizer quanto tempo se passou, mas logo depois alguém veio avisar que precisariam fechar o caixão e prosseguir com o enterro. Jurandir depositou no caixão a camisa do Fluminense. Mais desespero. Mais lágrimas. Alguém colocou a música que estampava a camiseta, cuja letra dizia sobre a despedida de um “menor”, que havia perdido a vida cedo. Esta música e alguns louvores guiaram nosso caminho até o jazigo, representado por um buraco no chão, sem qualquer identificação específica. O caixão e a coroa foram colocados ali e os coveiros começaram a cobri-los com a terra. As pessoas se abraçaram, deram as mãos e oraram. Uma senhora da igreja se postou ao meu lado e me abraçou, rompendo toda a barreira de segurança e controle que eu havia portado até então. Chorei copiosamente dessa vez. Começou a cair uma chuva fina enquanto dávamos o último adeus a Gabriel.

DIANTE DA DOR, DO TERROR E DA VIOLÊNCIA: DILEMAS ETNOGRÁFICOS E NARRATIVOS

Creio que fica claro que empreendi um grande esforço nesta descrição etnográfica. Digo isso porque se trata de uma narrativa de alta carga emocional, tanto para meus/minhas interlocutores/as quanto para mim mesma. Falar de violência, terror e morte significa lidar com um conjunto de emoções e sentimentos, que, na maior parte das vezes, são de difícil tradução ou mesmo indizíveis. Não sei ao certo se consegui ainda encontrar isto que Veena Das chama de “modo de escrita” ideal para expressar todo este turbilhão de acontecimentos e de experiências. Preciso assumir que também estou em busca da melhor estratégia narrativa e descritiva.

Talvez, de fato, algumas dessas experiências sejam indizíveis e a palavra escrita, ainda

que se utilize de alegorias, pode não ser suficiente para demonstrar os processos que levam a constituição e reconstituição de mundos dos sujeitos. Ou, dito de outro modo, talvez este artigo seja a busca (ainda que inacabada) de uma narrativa que capte e mostre “formas de viver e de morrer” (Das, 2015, p. 4).

No entanto, mesmo que a descrição não tenha atingido todos os pontos que almejei, a análise do linchamento de Gabriel e a sequência de fatos que a ele se seguem podem nos auxiliar na busca do entendimento, sempre parcial e contextual, de temáticas como violência, morte, perda, sofrimento, dor, luto. Por meio da dor e do lamento de Auxiliadora, é possível entrever de que forma vida e morte são vividos e mobilizados, localizando sua existência no cotidiano. Por meio de minhas inseguranças narrativas e da dor que tudo isso me causou (e da saudade que a perda de Gabriel me traz há alguns anos), quero chamar atenção para as dificuldades e dilemas de se fazer trabalho etnográfico.

Dei a este artigo o título de “o excesso no matar e a dor em excesso”, porque creio que estes são pontos que marcaram a narrativa de Auxiliadora sobre o desaparecimento, espancamento, coma e morte do filho. Em sua fala, apareceram recorrentemente descrições detalhadas das agressões sofridas pelo filho e do estado de seu corpo. Ainda que, ao escrever, eu tenha feito uma edição dos trechos, eles ainda permanecem carregados e completamente excessivos. Não tenho o objetivo de espetacularizar qualquer violência e, neste processo, reiterá-la e criar novas violências. Tentei, entretanto, ser fiel aos modos como os sujeitos de pesquisa fizeram suas descrições, que palavras usaram, como se referiram aos acontecimentos. No entanto, isto ainda permanece como dilema, na medida em que o excesso incomoda, machuca. Mas é este o vocabulário que faz sentido em suas narrativas, talvez exatamente porque a violência (ou as violências) sejam de fato tão cotidianas e habitem (e ajudem a tecer) as “texturas do ordinário” (Das, 2023).

E, preciso confessar, estou longe de encontrar as palavras certas ou o modo correto e ideal de representar estas violências. Dou como exemplo dessa dificuldade de expressão, as falas de Auxiliadora durante o período em que Gabriel permaneceu em coma. Ou mesmo a foto da UTI que ela me enviou. O tempo inteiro suas falas eram cruas e duras. Breves, mas povoadas por uma linguagem que explicitava toda a violência que havia sido praticada e o corpo que sofria ao ser agredido. Este era o vocabulário disponível para que ela expressasse tanto a violência quanto aquilo que ela provocava. Para além disso, suas falas estavam sempre no limiar da vida e da morte, da certeza da realidade e da esperança de que o real fosse outro. As falas de Auxiliadora me chocaram em muitos momentos, exatamente por serem o que eu chamaria de nuas, sem meio termos e povoadas por excessos. Mas tudo que envolve este linchamento não foi excessivo? Haveria como ser diferente o exercício de recontar o absurdo e as dores por ele trazidas?

Creio ser importante algumas considerações sobre a prática de violência que ganha o nome de linchamento. Como propõe Lobato (2025), o linchamento, entendido como uma forma

de “justiciamento popular”, é um evento racializado, algo que os estudos realizados até os anos 2010 deixaram de fora da análise. Trago aqui esta consideração porque a questão da raça é central para o entendimento das violências – que não começam e nem terminam no linchamento – sofridas por Gabriel.

Como enunciei na Introdução, o que estas cenas etnográficas nos mostram é o caráter cotidiano e ordinário da violência. Isto quer dizer que o linchamento ainda que extraordinário em sua ocorrência naquele momento específico, representa a execução de um tipo comum de violência mais geral que vitima jovens, geralmente negros ou pardos, de periferias e favelas. Ainda que não saibamos tudo que aconteceu dentro do trem, Gabriel foi agredido e espancado por se enquadrar nas categorias citadas anteriormente. Provavelmente, seus executores anônimos empreendem as agressões por acreditarem estar fazendo justiça com as próprias mãos e por associarem o corpo negro e periférico à imagem do bandido, do marginal, do “menor”.

Recorro novamente à noção de necropolítica, visto que ela pode ajudar a aprofundar esta análise. Como propõe Mbembe (2013), os pontos de partida de seu ensaio são: a constatação de que a expressão máxima de soberania está na possibilidade e na capacidade de definir quem vive e quem morre, quem é permitido viver e quem é permitido matar; a insuficiência do conceito de biopoder, tal como proposto por Foucault, em que haveria um domínio sobre a vida (que precisa produzir e se reproduzir e em que o Estado passa a cuidar tanto da vida natural dos indivíduos quanto das “tecnologias do eu”, por meio das quais se dá o processo de subjetivação).

Assim, a vida deixa de ser o centro do poder. Apoiado principalmente em Bataille, Mbembe sugere que se tome a política como “trabalho da morte”, ou seja, no centro do poder soberano está o direito de matar. É na relação entre vida e morte, que seria gestada uma “política da crueldade” – cujos casos exemplares podem ser vistos na violência colonial ou mesmo no regime de apartheid – que se manifesta por “formações de terror” específicas. Raça é parte fundamental deste processo em que se articulam terror, biopoder, estado de exceção e estado de cerco. Desse modo, necropolítica é definida pelo autor como um modo particular de “formação de terror” (Mbembe, 2013, p. 175), em que há uma aniquilação cada vez mais precisa, sofisticada e autorizada da vida, simbolizada por corpos que não se conformam – negros, pobres, periféricos, dentre eles – e cujas mortes estão longe de gerarem clamor coletivos por justiça ou mesmo luto.

O linchamento e a morte de Gabriel representam formas de operação do terror, a partir da autorização tácita e cotidiana do genocídio de jovens negros, pobres e moradores de periferias e favelas. Como propõe Kilomba (2021), o racismo por si só já é violento. Neste caso em particular, podemos dizer que a violência que vitima o corpo negro é exacerbada a partir de seu local de origem (presumido) e pelo fato de ser imediatamente associado ao crime. Nesta lógica, seu corpo não é apenas matável, mas deve ser aniquilado. Como afirma Nascimento (2021), a história do homem negro é uma história da violência, que deve ser entendida não apenas por critérios socioeconômicos, mas a partir da centralidade da raça. Isto também fica evidente quando descobrimos que todos os documentos de Gabriel desapareceram: é uma vida que pode

ser apagada até mesmo naquilo que lhe garante traços de cidadania. Aparece em igual medida quando seu corpo não pode ser enterrado. Todas estas situações – que denominei de sucessivas mortes – espelham a violência do racismo estrutural, cotidiano e que surge, ao mesmo tempo, “de forma violenta e sutil” (Nascimento, 2021, p. 62).

Como afirmei na descrição etnográfica, sua morte não ganhou repercussões para além da esfera local e não houve qualquer esforço de investigação pela polícia. Gonzalez (1984), ao analisar o racismo na sociedade brasileira, mostra como os corpos de homens negros são o alvo privilegiado das investidas policiais, situação que perdura e que é sistemática. No caso do linchamento, a polícia não se mobilizou, certamente porque esse corpo é aniquilável. No entanto, em outros momentos, o mesmo Gabriel enfrentou problemas com a polícia pelo mesmo motivo: ser negro, morador de favela. Ao invés de proteger, a presença policial, fundada no racismo, serve para “reprimir, violentar e amedrontar” (Gonzalez, 1984, p. 232).

Por mais que a imagem do linchamento seja absurda e represente a quebra de limites, que nos desperte o horror frente aos muitos ferimentos que atingem esse corpo físico, acredito não ser possível dizer que estamos diante de algo que fuja do cotidiano. Por isso, por exemplo, é espantosa a crueldade aplicada nas agressões e pavorosos os efeitos disso em seu corpo. Como é possível que pessoas comuns, de vidas absolutamente comuns, agridam coletivamente o corpo de uma pessoa e que causem nele tanto estrago? Como é possível que retirem a vida? Isso tudo talvez nos desperte horror porque, como sugere Das (2007), partimos de uma ideia prévia de como deve ser trilhado o caminho de constituição de sujeitos.

Taussig (1993) empreende um esforço interessante na compreensão daquilo que chama de “cultura do terror” e de como esse terror funciona como um meio de fragmentar as pessoas. Logo no primeiro capítulo de *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*, o autor deixa claro que seu objetivo é lidar com a mediação do terror pela narrativa, buscando um modo de “escrever eficazmente” contra o terror. Ele então apresenta diversos relatos de torturas das ditaduras latino-americanas, mostrando a constituição do que chama de “espaço da morte”. Este espaço representa o local da morte na “terra dos vivos”, ou seja, não há ainda a certeza da morte, mas também não há a certeza da vida. A partir da imagem de uma soleira – uma região de limites –, este espaço da morte é caracterizado: há a iluminação (a vida), também a extinção (a morte).

Em uma tentativa de análise dos fatos apresentados, talvez possamos dizer que Gabriel habita, ao ficar quase uma semana em coma, este espaço da morte. Do mesmo modo, creio que Auxiliadora também habita simbolicamente este estado, no longo tempo da espera, em que se misturam a crença de que o menino acordaria e a iminência de sua morte. Ela é envolvida pela lógica do terror e, portanto, fragmentada. Mas, por outro lado, como alerta Taussig, o espaço da morte pode funcionar como espaço de transformação, tornando vívido o sentimento da vida e trazendo um sentido de humanidade. Nas falas de Auxiliadora, vida e morte são as categorias mobilizadas e ela se move entre elas de diferentes modos, seja pela busca de compreensão do

vocabulário médico, pelo incômodo com todas as máquinas que sustentam aquele corpo, pela crença de que dentro do corpo inerte está a alma (e, portanto, a vida, que sente frio e precisa ser cuidada) de seu filho, pelo terror diante das agressões tão absurdas, pelo suposto movimento da perna do menino, pela recorrência a Deus – que é visto como controlando o mundo dos mortos e o mundo dos vivos, como aquele que decide quem pode viver ou pode morrer.

No entanto, quem decidiu sobre o corpo e a vida de Gabriel foram os seus agressores. Foi uma estrutura desigual tanto em termos materiais quanto simbólicos, que faz seu corpo vulnerável, em um cruzamento do que Butler (2005) chama de precariedade e vulnerabilidade. Esse “menor” é vitimado em meio aos mecanismos de distribuição desigual da vulnerabilidade, que justificam a violência arbitrária que sofreu. Assim, concordo com a afirmação de Butler (2004) de que, diante da morte, existem formas de luto reconhecidas e outras que não o são. Essa “alocação diferencial do luto” é o que decide que sujeitos são dignos de luto. Assim, o que conta como uma vida a ser vivida e uma morte que merece luto? Em um sentido coletivo, a morte de Gabriel não se encontra entre aquelas passíveis de luto. Ele é um anônimo, despojado de tudo, agredido, sem documentos, admitido no hospital como indigente, alguém que sequer teria um lugar para ser enterrado. No entanto, a vida de Gabriel tem importância para muitos e é a partir do trabalho do cuidado e da solidariedade, do reconhecimento de sua história que seu luto se torna possível.

No entanto, é necessário pontuar também que a violência que vitima Gabriel representa o rompimento de limites e, conseqüentemente, de um mundo. Assim, em minha interpretação, o luto e os sofrimentos que o acompanham, fazem parte de um intrincado processo de refazer, reconstruir um mundo e habitá-lo. Neste “lugar de devastação” (Das, 2007), é preciso reconstituir a vida, do modo como for possível. Se não fosse pelo trabalho de sua mãe para reconstruir os fatos e para garantir a ele existência, ele provavelmente teria sido inclusive enterrado como um anônimo, como indigente. Sua vida era perfeitamente matável, dispensável e, portanto, não importa sequer seu nome (e aqui o roubo de todos os seus documentos é bastante sintomático), tanto quando pensamos nos seus agressores anônimos ou mesmo nas políticas estatais de aniquilação destas populações. Como afirmam Farias e Vianna (2014, p. 83), ao acompanharem a mobilização de mães que perderam seus filhos para a violência policial, a figura da mãe aparece como “elemento de autoridade moral”, que realiza o trânsito entre “entre dor pessoal e causas coletivas; entre sofrimentos e direitos; entre formas e dimensões distintas do luto, aqui tomado como processo inextricavelmente individual e social”. Auxiliadora representa esse papel, sendo a responsável por guardar o luto, por zelar pelo não esquecimento de Gabriel e por tentar buscar alguma forma de justiça (que nunca veio, apesar de suas inúmeras tentativas de descobrir os culpados, de conseguir que o caso fosse investigado).

Em relação ao luto de Auxiliadora, concordo com Eng e Kazanjian (2003) ao postularem que devemos pensar em como a “política e a ética do luto” estão na interpretação daquilo que permanece. O corpo de Gabriel deixa de habitar este mundo, mas podemos, especialmente nas

rememorações feitas por sua mãe, perceber que ele deixa resquícios de si. Assim, cabe entender como esses restos são produzidos, lidos e sustentados por quem sofre o luto. Creio que, neste caso específico, isso se dá de muitas formas: está nas fotos mobilizadas em postagens que se tornam rotineiras, nas roupas que sobraram na casa do primo, nas mensagens de voz que deixaram eternizadas a voz desse menino que foi destituído dessa mesma voz ao ser agredido, nas memórias e histórias que ele deixa.

É preciso refletir também sobre o trabalho do cuidado⁹ empreendido por Auxiliadora. Salta aos olhos na narrativa o quanto ela mobiliza a ideia de cuidado em relação ao filho. É sempre ela a socorrê-lo nos momentos de perigo. É ela a responsável por retirá-lo de uma estaca, ensanguentado e desfalecido, e correr para o hospital. É ela quem peregrina pelos hospitais em busca de sua localização. É ela quem se preocupa com o frio que ele estaria sentindo nos pés, ainda que nem saiba se ainda restava vida naquele corpo. É ela quem hidrata sua pele machucada, que o limpa ainda que esteja despedaçada e incomodada com o forte cheiro que exala do corpo. É ela quem vive o luto massacrante, que chora desesperadamente, mas que ainda assim consegue manter uma casa e a vida de outras pessoas funcionando. Isso também é cuidado. Concorro com Veena Das, quando ela pontua que gostaria de saber de onde seus interlocutores, em momentos de aflição, tiravam energia para continuar vivos e para tornar o mundo habitável para si mesmos e para tantos outros que deles dependem. O mesmo vale para Auxiliadora.

Por fim, ainda que pudesse passar outras tantas páginas refletindo sobre o caso narrado, creio que o conceito de margem é fundamental para compreendermos algumas das situações descritas, em especial a questão dos documentos. Em minha interpretação, esses documentos representam a presença do estado na vida dos indivíduos. É a chancela, em forma de papel e de números, do reconhecimento da existência de cada um. Assim, ao ser despojado de seus documentos, os agressores negam a Gabriel a possibilidade de cidadania e de reconhecimento. Isto corrobora mais uma vez o quanto seu corpo e sua vida são matáveis e estão no que Das e Poole (2008) caracterizam como espaço entre lei, corpos e disciplina. Também nos diz sobre outro sentido de margem, apontado por elas: a legibilidade e ilegitimidade deste estado. Isso aparece mais claramente na centralidade que os documentos ganham, como garantidores por um lado de identidade e por outro, da possibilidade de ser enterrado ou de pleitear a gratuidade de sepultamento. O Estado se torna tão ilegível, em meio à exigência de papéis que não mais existem, que foi necessário buscar alternativas para sepultar Gabriel. Assim, um documento

9 Mattar (2023) empreende uma discussão semelhante ao analisar, em sua tese de doutorado, a ocorrência de uma violência letal contra um jovem morador de favela e os processos daí advindos, com a culpabilização da mãe por ter falhado em seu presumido trabalho de cuidado. Em certa medida, Auxiliadora também se culpou pela morte de Gabriel, por não ter feito o suficiente para mantê-lo vivo. Isso reitera o que trabalhos sobre cuidado como os de Tronto (1993) e Laugier (2015) vêm alertando: cuidado não é algo necessariamente prazeroso e positivo, podendo significar um fardo para mulheres em muitos momentos.

fotografado – mas ainda assim um documento – é o que garante a ele a possibilidade de não ser um anônimo.

Isto traz também questões éticas, além da necessidade de o pesquisador lidar com suas próprias ansiedades e sentimentos em relação à violência, à morte e ao sofrimento. Neste caso, há que se evitar os opostos, em que ambos implicariam abrir mão da responsabilidade de dar um entendimento intelectual aos fatos: apelar a uma narrativa neutra ou ser completamente “submerso” pelos acontecimentos. Preciso admitir que fui, por muitas vezes, submersa nas narrativas. E sair desse quase afogamento que a dor, o inconformismo e a revolta produzem não é tarefa simples. Uma boa saída pode ser a escrita. No entanto, me inquieta a busca das palavras certas e do tom correto para falar destas violências e executar o difícil trabalho de lhes dar materialidade e potência por meio das palavras. Concordo com Efrem Filho (2017, p. 8-9) em que, diante da impossibilidade de acessar o ato de violência em si, ele precisa ser “tecido pela palavra, (re)construído, (re)formulado”.

Saber de todas essas histórias, possuindo num certo sentido esse “conhecimento venenoso” (Das, 2011), representa realmente uma forma de intoxicação. Por vezes, é uma dor física, com um corpo que sente os efeitos que o lado racional não conseguiu processar. Abordei brevemente, em um artigo anterior (Parreiras, 2018), as reações de meu corpo a algumas situações de violência e abuso. Ao narrar tudo aquilo que Auxiliadora me disse, eu também senti e permaneço com um dilema que talvez nunca consiga resolver: tenho medo de obliterar a dor de sua perda, de silenciar a voz que me diz o que sente, seu medo, seu sofrimento.

Do mesmo modo, a morte de Gabriel resultou em dor e muita raiva em mim. Eu o conhecia já há alguns anos e por ele tinha afeto. Para mim, Gabriel tinha nome, uma vida e importava muito. Durante a semana que se passou entre seu desaparecimento, a agressão, o coma e sua morte, chorei uma única vez. Doía, sem dúvidas, mas a raiva sobrepujava tudo. No meu modo de construir a perda, eu só conseguia dar sentido à necessidade de encontrar os culpados e vê-los punidos.

Ao escrever essas reflexões, relembro uma passagem de Veena Das (1997), na qual ela se propõe a pensar em “cenar de devastação”, em busca de compreender como alguém pode habitar um mundo novo por meio das “experiências desoladoras da violência e da perda”. Para ela, as cenas de violência constituem o limiar no qual as cenas da vida cotidiana são vividas.

Além disso, ela localiza na relação entre corpo e linguagem a possibilidade de articular maneiras de habitar um mundo devastado pela morte. A partir daí, torna-se possível viver uma vida na perda, algo que é expresso pelas mulheres indianas como “poder de suportar” (Das, 1997, p. 69). Creio que é exatamente isso que resta a Auxiliadora: forjar estratégias cotidianas de reabitar um mundo por meio de atividades que a façam suportar a dor da perda.

Ainda que de forma um tanto atrapalhada e envolvida em um fluxo de emoções, foram essas complexidades que busquei trazer neste texto. Como alertei de início, ele é quase um pergaminho de dúvidas e de perguntas, funcionando como um modo de buscar um modo

de escrita e de refletir sobre as convenções narrativas a serem utilizadas ao falar da dor, da violência, da devastação, do terror, dos excessos, da perda e da morte. E, sobretudo, de quando tudo isso é nada mais do que o cotidiano.

REFERÊNCIAS

1. BUTLER, Judith. **Precarious Life**. The powers of mourning and violence. London: Verso, 2005.
2. BUTLER, Judith. Rethinking vulnerability and resistance. In: BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia (ed.). **Vulnerability in resistance**. Durham: Duke University Press, 2015. p. 12-27.
3. DAS, Veena. **Affliction**. Health, disease, poverty. New York: Fordham University Press, 2015.
4. DAS, Veena. Anthropological knowledge and collective violence: the riots in Delhi. **Anthropology Today**, [s. l.], v. 1, n. 3, 1985.
5. DAS, Veena. Language and body: transactions in the construction of pain. In: DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur; LOCK, Margaret. **Social Suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 67-91.
6. DAS, Veena. **Life and Words**. Violence and the descent into the ordinary. Berkeley: University of California Press, 2008.
7. DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência. Gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645006>. Acesso em: 11 mar. 2025.
8. DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, [s. l.], n. 27, p. 19-52, 2008.
9. EFREM FILHO, Roberto. A reinvidicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 50, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/yqB44RTvNj86584ccHk8qp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2025.
10. ENG, David; KAZANJIAN, David. Loss. **The politics of mourning**. Berkeley: University of California Press, 2003.
11. FARIAS, Juliana. Da capa de revista ao laudo cadavérico: pesquisando casos de violência institucional em favelas cariocas. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra de Sá (ed.). **Dispositivos urbanos e trama dos vivos**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 419-449.

12. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.
13. KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
14. LAUGIER, Sandra. The ethics of care as a politics of the ordinary. **New Literary History**, vol. 46, n. 2, 2015, p. 217-240.
15. LOBATO, Ana Laura. **Regimes de inteligibilidade sobre linchamentos no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2025.
16. MATTAR, Viviane. **Emergências sanitárias**: fome, violências e resistências entre moradoras de uma favela do Rio de Janeiro no contexto pandêmico. 2023. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
17. MBEMBE, Achille. Necropolitics. In: CAMPBELL, Timothy; SITZE, Adam (ed.). **Biopolitics**. A reader. Durham: Duke University Press, 2013. p. 161-192.
18. MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2020.
19. NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. São Paulo: Zahar, 2021.
20. NAVIA, Angela Facundo. A incomensurabilidade do horror: classificação e distinção nas experiências de desterro e exílio. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 67, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/218721>. Acesso em: 11 mar. 2025.
21. PARREIRAS, Carolina. Menor and novinha: a reflection on the meanings, nominations and narratives of adolescence in Rio de Janeiro favelas. In: HENNING, Carlos Eduardo; DEBERT, Guita Grin; SIMÕES, Julio Assis (ed.). **Gender, Sexuality and Life Course**. Research and Dialogues over Contemporary Social Transformations. Wilmington: Vernon Press, 2025. p. 95-115.
22. PARREIRAS, Carolina. Etnografia e uso de plataformas digitais. Aprendendo com o WhatsApp. **Novos Debates**, Brasília, vol. 10, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.48006/2358-0097/V10N1.E101011> . Acesso em 11 mar. 2025.
23. PARREIRAS, Carolina. Vulnerabilidades, dilemas e dores: fragmentos de uma pesquisadora das/nas violências. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 274–294, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/142127>. Acesso em: 25 fev. 2025.
24. PARREIRAS, Carolina. Vulnerabilities and the dilemmas of writing: gender-based violence in the field. **LOVA**, Special Issue – Harassment in the field, n. 42, p. 62 - 90, 2021. Disponível em: <https://lovanetwork.org/wp-content/uploads/2024/01/LOVA-Journal-42-LR-Vulnerabilities-and-the-dilemmas-of-writing.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025.

25. TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
26. TRONTO, Joan. **Moral boundaries**. A political argument for na ethic of care. New York: Routledge, 1993.
27. VIANNA, Adriana de Resende Barreto; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 37, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/pWRzSNMsG4zD8LRqXhBVksk/?lang=en>. Acesso em: 11 mar. 2025.
28. VIANNA, Adriana; NAVIA, Angela Facundo; EFREM FILHO, Roberto. Dossiê Terror e Intimidade: perspectivas etnográficas e desafios conceituais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 67, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/192535>. Acesso em: 11 mar. 2025.

Carolina Parreiras

Pesquisadora do departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo e coordenadora do Laboratório Etnográfico de Estudos Tecnológicos e Digitais. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9741-4776>. E-mail: carolparreiras@gmail.com